

Para um novo olhar sobre o corpo gordo

Introdução

Pensar o corpo gordo como um corpo possível passou a ser pauta em campos do saber notoriamente e historicamente hostis a este recorte populacional, sobretudo o campo da saúde, por décadas pautado pelo Índice de Massa Corporal (IMC) como parâmetro único ou principal de separação entre doentes e saudáveis.

A saúde coletiva tem por premissa a análise das desigualdades sociais e em saúde como resultado da supremacia capitalista e seu sistema excludente, predatório, voltado ao consumo como meio e fim, competitivo e opressor (PORTO, 2019).

Sendo a obesidade uma questão de saúde pública, “considerada por muitos uma epidemia e, ao mesmo tempo, uma questão que atinge a vida cotidiana das pessoas consideradas acima do peso prescrito” (JIMENEZ-JIMENEZ; ABONIZIO, 2020), é fundamental discutir os fatores que permeiam a saúde individual e coletiva das pessoas gordas, analisando também o estigma em torno de um corpo considerado fora dos padrões, público e provisório.

Ao preconceito, a que se chama gordofobia e atinge especialmente mulheres, atribui-se a causa de males coletivos, que carecem de estudos voltados à saúde da população de forma ampla, rompendo com as barreiras epistemológicas de uma saúde elitizada, enquadrada, formatada aos moldes da indústria de emagrecimento - remédios, cirurgias, procedimentos estéticos, dietas, cultura fitness, etc. Trata-se de uma luta por justiça social e sanitária:

Nessa chave de leitura, as disputas e correlações de força que marcam certas conjunturas podem, num dado momento, agravar ou reduzir desigualdades em função da organização da sociedade e da atuação do Estado, ainda que o espectro político e de ações propostas possa variar dependendo de posições mais reformistas ou revolucionárias.(PORTO, 2019, p. 02)

Resistir às violências sofridas é parte do cotidiano da pessoa gorda; violações de seus corpos, considerados públicos pelo marketing do consentimento de que um corpo gordo é passível de “sugestões”, dicas de toda natureza, parâmetros lembrados a cada consulta, não importa a queixa da ou do paciente, constituindo a patologização prévia do indivíduo e sua contribuição para uma saúde precária ou a falta dela - a epidemia da obesidade.

De acordo com Poulain (2013), obesidade seria a primeira epidemia não infecciosa da história. Qualquer pessoa pode se tornar gorda, condição que dá margem à mídia alarmista,

facilmente manipulável pela opinião pública e frequentemente estimulada pelas indústrias relacionadas ao emagrecimento, que declara ser gorda/gordo/gorde uma espécie de desastre iminente (PAIM; KOVALESKI, 2020). A guerra contra as pessoas gordas está legitimada e institucionalizada, colocando a saúde coletiva - das pessoas gordas - num patamar equivocado quando se ignora as particularidades individuais de cada pessoa, gorda ou não (FARRELL, 2011), num julgamento prévio do que é saudável e do que deve ser combativo, exterminado.

Se o pensar acerca da Saúde Coletiva se pauta na justiça social, pensar uma epidemia da obesidade pode ser considerado um recorte da utopia liberal, conforme analisa Porto (2019): “a crise contemporânea é inerente ao capitalismo [...] devido à natureza instável dos conflitos que opõem seus objetivos de expansão e acumulação com as condições que os sustentam, seja o trabalho, a reprodução social, a natureza, a política e suas instituições” (PORTO, 2019, p. 02).

A emergência e o crescimento de movimentos antigordofóbicos que, além de denunciar o preconceito, visam romper com o padrão corporal estabelecido, são, portanto, respostas à supremacia do campo da saúde elitizado, construído nas bases da sociedade do espetáculo e do consumo.

Este artigo pretende discutir as possibilidades de um olhar para um corpo gordo despatologizado, seu impacto e reflexos na saúde coletiva, além da inter-relação com os ativismos e movimentos antigordofobia.

Pensar fora da caixa

Na legislação brasileira vigente, vigilância em saúde (VS) é definida como um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de políticas públicas para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde (TEIXEIRA et al, 2018).

Levando em consideração que a obesidade é considerada a segunda maior causa de mortes evitáveis no mundo¹, torna-se um recorte de pessoas a ser “vigiado” por amplas categorias profissionais da saúde. Para Poulain (2013b, p 237),

a ciência da obesidade é uma arena na qual se encontram interesses múltiplos – parcialmente contraditórios – que interagem. Sob esse ponto de vista, a obesidade,

¹ Dados atualizados das pesquisas sobre obesidade no Brasil e no mundo: <https://abeso.org.br/obesidade-e-sindrome-metabolica/mapa-da-obesidade/> - acesso em 06/09/2021, às 21h20

embora não seja a sua dimensão pluridisciplinar, é um tema de sociologia das ciências igual aos demais. Mas a amplitude do fenômeno, sua presença na mídia e a importância crescente no setor político incitam a aprofundar as condições de sua publicização, o estudo das relações que ela entretém com as agendas políticas e as maneiras pelas quais ela entra em ressonância com os imaginários sociais

Acontece que, muito mais do que um problema sanitário, a obesidade é disputada por diversas categorias profissionais da saúde como um campo de violência simbólica legitimada (AMORIM, 2018). Essa violência é mobilizada pelos profissionais autorizados a se impor sobre os corpos e os sentidos das pessoas que buscam respostas às exigências atuais da magreza e à denúncia do gordo como mau. “A exigência de magreza continua sendo uma norma de aparência, mas a denúncia do gordo vira indicador de ameaça sanitária” (AMORIM, 2018, p. 17)

A origem desse problema é cultural, quando se pensa no comportamento e na norma relacionada à magreza, saúde e beleza; e econômica, quando se pensa na denúncia da pessoa gorda por conta de uma percepção de risco coletivo (VIGARELLO, 2012, p. 325)

Olhando a partir do olhar da nutrição, a sociedade passa de uma era de escassez e fome majoritária para uma onde predomina a obesidade. Ainda que a fome tenha acometido o planeta por séculos, a obesidade emerge como problema global, mesmo sem a erradicação da fome. (POPKIN, 1999).

De acordo com o médico Peter Brown (1998 *apud* AMORIM, 2018) “Nossa cultura de valorização da magreza transformou a obesidade em um símbolo de falência moral. Denota descuido, preguiça, desleixo, falta de disciplina. Também denota pobreza (...)”. Amorim (2018) vai além e afirma que o corpo gordo é um corpo desumanizado.

Sendo uma demanda econômica, não há como ignorar a participação da indústria da moda como coadjuvante nessa construção de sentido relacionado à saúde coletiva e as pessoas gordas. Trata-se de um setor que utiliza a metáfora da imposição da forma sobre o conteúdo, “do consumismo exacerbado expresso na obsolescência programada a serviço do lucro, não da vida; [...] um articulação e radicalização da ética e estética da crise ecológica e da desumanização moderna”. (PORTO, 2019, p. 05)

Construir a ideia de obesidade como problema de saúde pública foi e é um projeto bem-sucedido, que fugiu ao foco do bem-estar coletivo para responder às demandas do mercado. O Estado passa, portanto, a controlar o “problema” como ameaça que pode atingir a todos os indivíduos da população. (AMORIM, 2018)

Bourdieu (2005) afirma que o campo se constitui por meio de disputas, seja por legitimidade, ganhos financeiros ou preferência mercadológica. Dessa maneira, o conceito de

campo econômico e científico se confunde quando se pensa no campo da saúde (de forma ampla) em relação à obesidade, sendo possível visualizar as dinâmicas entre os atores.

A medicina não atua sozinha para a manutenção dessa disputa. Para Amorim (2018), a socioantropologia da alimentação e nutrição é um tipo de pesquisa que oferece contraponto ao estudo do ato alimentar x práticas de exercícios, justamente por buscar a compreensão das representações sociais na construção dos conhecimentos nutricionais. Poulain (2013) reconhece que há pesquisas com o objetivo de compreender qual o processo de produção do saber, suas pressões políticas, sociais e econômicas envolvidas, e é nessa corrente de estudos com foco nas relações de poder que os cientistas são vistos como atores e suas oportunidades x preferências. Quando se fala em obesidade, “o conhecimento científico é construído num sistema de ação constituído por pesquisadores em concorrência, que desenvolvem estratégias de carreira e mobilizam recursos junto a organismos arrecadadores de fundos públicos e privados” (POULAIN, 2013, p. 106). A verdade passa a ser constituída e não mais questionada.

A história da obesidade se confunde com a história da aparência física, que é complexa e nada linear. De acordo com Sant’Anna (2014), para o médico estadunidense Leonard Williams ninguém tinha o direito de ser gordo. Ele escreveu um livro em 1926, intitulado “Obesidade”, no qual os indivíduos mais pesados eram associados a um caráter ávido e repulsivo. Esse tipo de narrativa, que continua nos dias atuais, confirma a tendência de que todo gordo deve ser excluído dos espaços sociais, pautados dentro de um discurso majoritário vigente (JIMENEZ-JIMENEZ, 2019).

Entretanto, cada vez mais crescem os movimentos sociais em torno da libertação dos corpos, mas principalmente questionando os parâmetros estabelecidos como norma de um corpo saudável, independente de suas particularidades e da existência de doenças que fujam ao CID obesidade, ainda que o indivíduo em questão não apresente nenhuma patologia que coloque sua vida em risco: a patologização do corpo gordo.

Junto aos movimentos sociais, surgiram as pesquisas que estão constituindo novo campo do saber, aqui no Brasil reconhecidas como Pesquisa Gorda e/ou Estudos do Corpo Gordo. Cientistas de muitos campos, inclusive da medicina, passaram a discutir o corpo gordo para além dos enquadramentos de obesidade. Já existem teses, dissertações, trabalhos em congressos, seminários, cursos e outras produções publicadas dentro desse escopo, contribuindo para o fortalecimento deste jovem campo do saber transgressor ao biopoder (FOUCAULT, 2012) estabelecido pelo campo da saúde. Também cresce o número de

municípios com legislação específica para o debate e a implementação de medidas no combate à obesidade².

A desconstrução do que se entende por obesidade para um novo olhar para o corpo gordo é um processo, somente possível graças ao trabalho dos ativismos, potencialmente ampliado pelas redes sociais e seus atravessamentos (LATOURE, 2005). Os grupos, antes formados por pessoas com dores em comum, passaram a incorporar cientistas comprometidos com uma nova ótica sobre os corpos, incorporando premissas locais, numa rejeição à hegemonia eurocêntrica do biopoder.

A gordofobia, que consiste na desvalorização, estigmatização e hostilização de pessoas gordas e seus corpos, estruturada e disseminada nos mais diversos contextos socioculturais, passa a ser o alvo proposto para a saúde coletiva, não mais a obesidade. (JIMENEZ-JIMENEZ; ABONIZIO, 2019)

A proposta do ativismo gordo não é a ruptura com o saber médico e sim uma reestrutura desse saber a partir das pesquisas dos demais campos envolvidos para uma evolução que foque na saúde coletiva a partir de uma abordagem decolonial, individual e humanizada. A relação indissociável entre as dimensões ontológicas, epistemológicas - longe da concepção de superioridade científica - e políticas se abre como caminho possível quando se muda o foco de atuação (PORTO, 2019). Ou seja, uma saúde coletiva que se pautar no combate à estigmatização dos indivíduos, com a justificativa de uma epidemia patrocinada pelo consumismo, e não na exclusão e condenação prévia de pessoas com corpos gordos, a maior parte em resposta à própria evolução da sociedade, sem julgamento dicotômico de valor.

A exclusão de outros saberes sustentou o biopoder da medicina até então. Para que diretrizes justas de atenção básica possam ser elaboradas, levando em conta as especificidades relacionadas a sua elaboração, há que existir cooperação entre os campos científicos, sem espaço para supremacias.

As abordagens pós-coloniais abrem um amplo leque para desconstruções e alternativas para que as lutas sociais incorporem a dimensão epistemológica e apontem novas possibilidades e processos de emancipação, copresença e coexistência, os quais têm sido denominados por diferentes nomes, como descolonização do saber e do poder, e giro decolonial. (PORTO, 2019, p. 8)

O sistema de conhecimento construído na América Latina, a partir de um ponto de vista Sul Global, é notoriamente excluído da epistemologia dominante, “sendo tratado como ignorância, atraso, superstição ou mito, embora esteja profundamente vinculado aos sentidos

² Florianópolis tem projeto de lei (PL 18.285) a ser votado ainda este mês (setembro de 2021), de autoria de Carla Ayres (PT-SC), com justificativa construída por uma grupo de ativistas da cidade.

da existência comunitária em diferentes dimensões” (PORTO, 2019, p. 9). Propor uma revisão de um campo legitimado como da supremacia da ciência - o da medicina em relação à obesidade - é também propor justiça cognitiva, visibilidade e direito à coexistência da enorme pluralidade que compõe a ciência. Invisibilizar o corpo gordo como corpo possível é, portanto, uma forma de rejeitar a pluralidade de sistemas de conhecimento.

De acordo com Porto (2019), fazer justiça cognitiva quando se pensa em saúde coletiva é abraçar as epistemologias decoloniais, quais são:

[...] conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes. (SANTOS 2014 apud PORTO, 2019, p. 09)

A pesquisa gorda está transpondo barreiras impostas pelo saber biomédico, com suas tecnologias universais orientadas pela medicalização e subordinação ao capital financeiro-médico-hospitalar.

Considerações Finais

O processo de medicalização da vida contribuiu significativamente para que a obesidade se tornasse objeto de interesse dos profissionais de saúde. “[...] é um processo contínuo, no qual o percurso pelas questões social e moral desaparece aos poucos, em proveito de uma ordem racional, fundamentada pela ciência” (POULAIN, 2013, p. 158).

A institucionalização da ciência, onde as práticas passaram a ser dominadas e autorizadas por profissionais especialistas (BOURDIEU 2008 apud AMORIM, 2018), transformaram a gordura de uma questão moral e estética variável em doença passível de controle. Os riscos que a obesidade e o sobrepeso apresentam à saúde acabam por justificar a luta contra a obesidade.

Essa medicalização veste o traje do progresso, liberando o obeso do olhar moralizador ao torna-lo um “doente” ou então alguém que tem grande possibilidade de se tornar um doente e que se deve, portanto, ajudar e tratar. (POULAIN, 2013). Amorim (2018) afirma que a pessoa obesa deixa então de ser culpada para ser doente, entrando na agenda obrigatória da medicina de cura.

Com a pandemia de COVID-19, o fator obesidade entrou em pauta, tanto pelo poder das redes sociais, elevando o medo de engordar a um nível acima do próprio medo de morrer, quanto por revelar a falta de investimentos e de preparo dos serviços de saúde para tratamento de pessoas gordas em massa (SILVA, ASSIS e SANTOS, 2020).

Revelar e rever conceitos biomédicos numa sociedade lipofóbica é ir contra à vigilância e à punição dos corpos gordos. A saúde e suas instituições determinam um papel muito importante para a tríade vigiar-punir-controlar, retroalimentando o lugar dos corpos gordos como abjetos e indesejáveis, num ideal de “saúde coletiva” que responde aos padrões capitalistas. (JIMENEZ-JIMENEZ; RODRIGUEZ, 2020, p.03)

A mídia reforça a narrativa, repetindo fundamentos científicos ultrapassados ou, no mínimo, que carecem de revisão. O medo de engordar provoca o movimento do evitar, fazendo que, diante de uma pandemia como a que estamos vivenciando, as pessoas consumam mais e mais dietas, shakes, cintas, livros, fórmulas milagrosas e automedicação em nome da manutenção da magreza, para além da preocupação com a morte causada por um vírus letal.

O discurso gordofóbico é construído e articulado no campo acadêmico-científico da biomedicina, respondendo aos conceitos eurocêntricos patrocinados pelo mercado. Para quebrar essa cadeia injusta, somente pensando o corpo gordo por uma ótica humanizada, decolonial, que bebe na ecologia do saber.

Como diria Paulo Freire, em sua *Pedagogia da Autonomia* (1996), é buscar um pensamento emancipatório, incorporando as relações cotidianas aos saberes para que exista diálogo entre a emancipação social, a percepção da realidade por meio dos afetos e da cultura de cada população.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Bárbara. **Novo corpo, nova vida: o mercado de cirurgia bariátrica em perspectiva sociológica**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2018.

ARRAES, Jarid. Gordofobia como questão política e feminista. **Revista Fórum**. Disponível: <http://www.revistaforum.com.br/digital/163/gordofobia-como-questao-politica-efeminista/>.

Acesso em: 12/08/2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

FARRELL, Amy. **Fat shame**: stigma and fat body in American culture. Nova York: New York University Press, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2005

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa; ABONIZIO, Juliana. **Gordofobia e Ativismo gordo**: o corpo feminino que rompe padrões e transforma-se em acontecimento. XXXI Congreso Asociación Latinoamericana de Sociología – Montevideo – Uruguay, 2017.

JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa; ROGRIUEZ, Ale Mujica. A gordofobia mata e em tempos de quarentena mata mais. **Revista Todas Fridas**. Disponível em: <https://www.todasfridas.com.br/2020/06/10/a-gordofobia-mata-e-em-tempos-de-quarentena-mata-mais/>. Acesso em 04/09/2021.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.

PAIM, Marina; KOVALESKI, Douglas. Análise das diretrizes brasileiras de obesidade: patologização do corpo gordo, abordagem focada na perda de peso e gordofobia. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.29, n.1, e190227, 2020

POPKIN, B. M. **O mundo está gordo**: modismos, tendências, produtos e políticas que estão engordando a humanidade. Rio de Janeiro: Elsevier; 2009.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Crise das utopias e as quatro justiças: ecologias, epistemologias e emancipação social para reinventar a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4449-4458, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n12/4449-4458/pt/>

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologia da obesidade**. São Paulo: Editora SENAC, 2013.

RANGEL, Natália. **Redes da internet como meio educativo sobre gordofobia**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. **Gordos, magros e obesos**. Uma história de peso no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

TEIXEIRA, Maria Glória et al. Vigilância em Saúde no SUS-construção, efeitos e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1811-1818, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n6/1811-1818/pt/>

VIGARELLO, Georges. **As metamorfoses do gordo**: história da obesidade no Ocidente: da Idade Média ao século XX. Petrópolis: Vozes, 2012